



Demonstrações Financeiras 2023 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

JUNTO SEGUROS S.A.
 CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
 Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Junto Seguros S.A. ("Junto" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em consonância com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

Desempenho Financeiro

Em 2023, a jornada digital da Junto, por intermédio da inovação, agilidade e foco no cliente, auxiliou a Companhia a manter a qualidade no atendimento a parceiros e clientes, resultando num volume total de 234 mil apólices emitidas, com uma média de 19,5 mil emissões por mês, garantindo a liderança de mercado pelo terceiro ano consecutivo, com um *market share* de 16,5% em prêmio direto no mercado de seguro garantia.

O volume de prêmios emitidos líquidos foi de R\$ 659,6 milhões (R\$ 522,1 milhões em 2022) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R\$ 255,4 milhões (R\$ 227,4 milhões em 2022). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 40,2 milhões (R\$ 39,8 milhões em 2022), representando um ROAE de 16,7%. O sólido desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem nos *ratings* da Junto, equivalentes a "brAAA" pela Standard & Poor's e a "A- Excelente" na escala internacional pela AMBest.

Premiações

A Junto recebeu o prêmio de Sustentabilidade pelo Instituto Refloresta por conta do descarte sustentável de mais de 970kg de materiais de tecnologia em desuso ou danificados. Em parceria com o referido instituto e o Projeto Amigos da Mata, o descarte da Junto possibilitou o plantio de 20 mudas nativas. Esta conquista reafirma a preocupação da Junto com a sustentabilidade e o meio ambiente.

Reconhecimento pelo Intelijur - Inteligência Jurídica como uma das 61 empresas certificadas pela banca julgadora do Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos, pela ferramenta utilizada pela Junto na gestão de seus contratos. Premiação do *Great Place to Work*, como a quarta melhor empresa do Brasil para trabalhar na categoria "Instituições Financeiras - Seguradoras" de acordo com o seu porte.

A Companhia recebeu o Prêmio Inovativos: Motores de Crescimento Econômico Setorial no Brasil, na categoria Seguros, através da apresentação do tema "Alavancando pequenas e médias empresas por meio da viabilização do acesso ao seguro garantia". Reconhecida pelo SINCOR do Distrito Federal como a Seguradora Destaque 2023 em Seguro Garantia.

Empresa controlada

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, a Companhia possuía participação de 99,9% na Junto Controle de Riscos Ltda.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de

25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social.

Em 30 de janeiro de 2023, foram pagos R\$ 13,8 milhões como juros sobre o capital próprio, decorrentes do exercício de 2022. Em dezembro de 2023, foram destacados R\$ 16,3 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia e como parte integrante do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2023.

Combate à Fraude e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

Reafirmando a qualidade dos controles internos para o combate à fraude e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, a Junto recebeu a classificação "Excelente" pelo COAF. Os controles internos da Companhia contemplam a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas à fraude e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores e parceiros de negócios pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores pelo esforço, competência e lealdade que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2024

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante		953.030	819.226
Disponível		2.698	3.585
Caixa e bancos		2.698	3.585
Aplicações	6	145.251	122.961
Créditos das operações com seguros e resseguros		397.845	309.118
Prêmios a receber	7.a	368.431	284.436
Operações com seguradoras	7.b	16.592	15.206
Operações com resseguradoras	7.b	12.675	8.570
Outros créditos operacionais	7.c	147	906
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	304.193	295.625
Títulos e créditos a receber	9	7.811	10.539
Créditos a receber		161	161
Créditos tributários e previdenciários	9.a	5.511	9.504
Outros créditos		2.139	874
Despesas Antecipadas		2.227	979
Custos de aquisição diferidos		93.005	76.419
Seguros	10	93.005	76.419
Ativo não circulante		1.484.664	1.262.731
Aplicações	6	384.844	356.351
Créditos das operações com seguros e resseguros		285.581	239.330
Prêmios a receber	7.a	269.885	222.427
Operações com seguradoras	7.b	15.696	16.903
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	620.326	504.853
Títulos e créditos a receber	9	50.758	49.936
Depósitos judiciais e fiscais	9.b	49.156	47.782
Tributos diferidos	23.e	1.602	2.154
Despesas antecipadas		2	183
Outros valores e bens	11	1.839	2.672
Ativo direito de uso		1.839	2.672
Custos de aquisição diferidos		133.533	106.856
Seguros	10	133.533	106.856
Investimentos	12	654	172
Participações societárias		654	172
Imobilizado	13.a	2.084	2.021
Bens móveis		2.084	2.021
Intangível	13.b	5.043	357
Outros intangíveis		5.043	357
Total do Ativo		2.437.694	2.081.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante		976.425	851.012
Contas a pagar	14	37.041	32.611
Obrigações a pagar		25.153	21.539
Impostos e encargos sociais a recolher		3.001	2.819
Encargos trabalhistas		3.861	3.661
Impostos e contribuições		1.275	505
Outras contas a pagar		3.751	4.087
Débitos de operações com seguros e resseguros		376.187	294.441
Prêmios a restituir	15.a	1.421	3.673
Operações com seguradoras	15.b	81.831	75.180
Operações com resseguradoras	15.c	200.919	147.582
Corretores de seguros e resseguros	15.d	92.016	68.006
Depósitos de terceiros	16	659	340
Provisões técnicas - seguros	17 18	561.321	522.621
Danos		561.321	522.621
Outros débitos		1.217	999
Passivos de arrendamento	11.b	1.217	999
Passivo não circulante		1.205.896	1.003.498
Contas a pagar	14	2.598	1.889
Obrigações a pagar		2.598	1.889
Débitos das operações com seguros e resseguros		259.714	217.586
Operações com seguradoras	15.b	79.359	83.536
Operações com resseguradoras	15.c	124.985	90.662
Corretores de seguros e resseguros	15.d	55.370	43.388
Provisões técnicas - seguros	17 18	942.381	781.390
Danos		942.381	781.390
Outros débitos		1.203	2.633
Provisões judiciais	19	386	782
Passivos de arrendamento	11.b	817	1.851
Patrimônio líquido	20 21	255.373	227.447
Capital social		135.551	135.551
Reservas de capital		35.626	35.626
Reservas de lucros		83.764	59.815
Ajustes com títulos e valores mobiliários		432	(3.545)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.437.694	2.081.957

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2023	2022
Prêmios emitidos líquidos		659.635	522.071
Variações das provisões técnicas de prêmios		(179.883)	(106.928)
Prêmios ganhos	22.a	479.752	415.143
Sinistros ocorridos	22.b	(22.387)	(29.740)
Custos de aquisição	22.c	(104.098)	(84.486)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	745	(919)
Resultado com resseguro	22.e	(230.405)	(186.766)
Receita com resseguro		15.282	18.043
Despesa com resseguro		(245.687)	(204.809)
Despesas administrativas	22.f	(114.361)	(101.810)
Despesas com tributos	22.g	(7.612)	(6.595)
Resultado financeiro	22.h	56.385	44.038
Resultado patrimonial	22.i	(618)	115
Resultado operacional		57.401	48.980
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(33)	(249)
Resultado antes dos impostos e participações		57.368	48.731
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(9.943)	(6.646)
Imposto de renda e contribuição social diferida	23	(552)	4.366
Participações sobre o resultado	24 25	(6.640)	(6.604)
Lucro líquido		40.233	39.847
Quantidade de ações		24.125.868	24.125.868
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		1.667,63	1.651,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	40.233	39.847
Varição no valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	6.628	2.954
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(2.651)	(1.182)
Resultado abrangente do exercício	44.210	41.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		40.233	39.847
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11 e 13	1.964	1.912
Resultado patrimonial	22.i	618	(115)
Provisões técnicas, líquidos de custo de aquisição diferido		207.345	131.900
Provisões técnicas de ativo de resseguro		(148.576)	(82.615)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23.a	9.943	6.646
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	23.a	552	(4.366)
Perda na alienação de investimentos e imobilizado		33	106
Redução do valor recuperável de ativos e passivos		(320)	3.095
Juros sobre passivo de arrendamento	11.b	253	307
Outras provisões		(131)	179
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(44.155)	(58.141)
Créditos das operações com seguros e resseguros		(137.479)	(79.376)
Créditos tributários e previdenciários		4.545	(5.842)
Despesas antecipadas		(1.067)	(489)
Ativos de resseguro - provisões técnicas		24.535	24.406
Outros ativos		(1.268)	(195)
Depósitos judiciais e fiscais		(1.374)	(4.993)
Fornecedores e outras contas a pagar		1.529	(6.040)
Impostos e contribuições		276	8.686
Débitos de operações com seguros e resseguros		126.698	80.332
Provisões técnicas - Seguros e resseguros		(50.915)	(48.207)
Outros passivos		251	(83)
Caixa gerado pelas operações		33.490	6.954
Impostos sobre lucro pagos		(12.469)	(15.452)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações		21.021	(8.498)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13.a	(804)	(474)
Aquisição de intangível	13.b	(4.690)	(336)
Alienação de imobilizado		11	366
Alienação de investimento		-	1
Aumento de capital em controlada	12.a	(1.100)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(6.583)	(443)
Atividades de financiamento			
Pagamento de passivos de arrendamento	11.b	(1.499)	(1.311)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	20.d	(13.826)	(17.229)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(15.325)	(18.540)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(887)	(27.481)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		3.585	31.066
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		2.698	3.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros			Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	135.551	35.626	26.221	20.494	(4.931)	212.961
Distribuição de dividendos complementares (nota 20.d)	-	-	-	(12.921)	-	(12.921)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.847	39.847
Reserva legal (nota 20.c)	-	-	890	-	(890)	-
Juros sobre o capital próprio (nota 20.d)	-	-	-	-	(13.826)	(13.826)
Outras reservas de lucros	-	-	-	25.131	(25.131)	-
Redução ao valor recuperável de títulos disponível para venda (nota 6.c)	-	-	-	(386)	-	(386)
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários (nota 6.d)	-	-	-	1.772	-	1.772



Demonstrações Financeiras 2023 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

JUNTO SEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Classificação dos contratos de seguros (nota explicativa 3.c);
- Prazo do arrendamento (nota explicativa 3.h e 11);
- Provisões técnicas (notas explicativas 8 e 17); e
- Provisões judiciais (nota explicativa 19).

b. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante mensalmente, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujas expectativas de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos são classificados no não circulante e compensados quando atendidos os critérios definidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos de provisões técnicas estão registrados no circulante e não circulante conforme a respectiva expectativa de realização, atualizada anualmente. Os demais ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

c. Classificação dos contratos de seguro

É classificado como um contrato de seguro garantia aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do tomador, e obriga-se ao pagamento da indenização ao segurado, caso o tomador não cumpra a obrigação garantida, conforme estabelecido no objeto principal ou em sua legislação específica, respeitadas as condições e limites estabelecidos no contrato de seguro.

O contrato de seguro fiança locatícia se destina a garantir o pagamento de indenização, ao segurado, pelos prejuízos que venha a sofrer em decorrência do inadimplemento das obrigações contratuais do locatário previstas no contrato de locação do imóvel, de acordo com as coberturas contratadas e limites da apólice.

Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativos.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem recursos financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuindo conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

e. Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração:

(i) "Títulos disponíveis para a venda"

Representados por títulos e valores mobiliários mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado ou vendido, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(ii) "Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado"

Títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisão de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, sendo contabilizados pelo valor justo por meio do resultado, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

f. Crédito das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro, títulos e créditos a receber e custos de aquisição diferidos

Demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer provisões para perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos balanços, combinados com os seguintes aspectos:

- Ativos de resseguro - A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são efetuadas com resseguradores locais. Caso sejam identificados indícios de que esses valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos serão ajustados ao seu valor recuperável.
- Comissão diferida de prêmio de resseguro cedido - refere-se à comissão sobre apólices cedidas aos resseguradores, cujo diferimento é realizado de acordo com o prazo de vigência dessas apólices.

- Custo de aquisição diferido - As despesas com comissões de seguros pagas e a pagar para os corretores são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices.

- Os títulos e créditos a receber são demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias, auferidos até a data de encerramento dos balanços.

g. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo da base histórica de prêmios a receber de 36 meses, constituindo a provisão conforme a experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. Faz-se necessário a análise do risco por característica dos tomadores ou grupos econômicos a que pertencem, segregando grupos com características de risco semelhantes, permitindo uma melhor análise não somente das parcelas vencidas como também das vindanhas de um devedor em atraso. Para as operações de recuperar com resseguradores, a redução ao valor recuperável é feita quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos. No caso das recuperações de cosseguro, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, a Companhia não identificou indícios de que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

h. Arrendamento

A Companhia figura como arrendatária de contratos de arrendamento e no início de cada um desses contratos, avalia-se se eles são ou contêm um arrendamento.

Um contrato é, ou contém arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso (rubrica de outros valores e bens) e um passivo de arrendamento (como outros débitos) na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, somando-se quando aplicável, quaisquer custos, diretos iniciais e estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições previstas contratualmente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo de arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso pode ser objeto de redução ao valor recuperável, bem como ser ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental que a Companhia incorreria em uma transação em termos semelhantes ao contrato e ao tipo de ativo. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem, quando aplicável, os seguintes componentes:

- pagamentos fixos e variáveis (que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início);
- valores que se espera que sejam pagos pela Companhia, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se estimado que a Companhia exercerá a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há alteração nos pagamentos futuros, decorrentes de alterações nos elementos que compõem o passivo de arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, ajusta-se de forma correspondente o valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

i. Investimento

O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, o que inclui os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, o investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, reconhecida no resultado da controladora.

j. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia, o qual é demonstrado ao custo.

Os custos do ativo imobilizado são reduzidos por depreciação acumulada até a data-base destas demonstrações. A depreciação dos itens do ativo é calculada segundo o método linear e conforme a vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota 13.

k. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem marcas e patentes e gastos com desenvolvimento de sistema de computação, demonstrados pelo custo.

Os gastos com desenvolvimento para sistema de computação são reduzidos por amortização acumulada até a data-base destas demonstrações. A amortização dos itens do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota 13.

l. Provisões técnicas e provisões judiciais

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos, combinado com os seguintes aspectos:

- As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em notas técnicas atuariais - NTA.

- A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro emitidos, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". A PPNG inclui o valor correspondente aos prêmios estimados dos riscos vigentes, mas não emitidos ("RVNE"), estimada através de triângulo de run-off, de uma base histórica de 60 meses.

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos, e ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. Os sinistros objeto de discussão judicial existentes na data do balanço são atualizados e corrigidos monetariamente. A PSL inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, em decorrência de disputas judiciais em curso, sendo constituída com base nas notificações de ajustamento recebidas e de processos em fase de regulação de sinistros (considerando as probabilidades de perda fixadas pelo jurídico entre provável, possível e remota, conforme as premissas previstas em NTA), até a data-base das demonstrações financeiras.
- A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros e abrange tanto as despesas atribuíveis individualmente a cada sinistro como também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída através da experiência histórica de datas de ocorrências e de reclamações de sinistros através de metodologia própria.
- Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.

- Para estimar ajustes de valores relativos a sinistros avisados e que podem sofrer alteração ao longo do processo de regulação é realizado um estudo com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi necessária a constituição da provisão adicional de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNEF).
- Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se as despesas de comercialização diferidas e os ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, em consistência com as informações presentes no mercado financeiro. Foram apurados os fluxos de caixa estimados para prêmios, sinistros, comissões e despesas, e mensurados na data-base descontando-os através de estrutura a termos da taxa de juros livre de risco (ETTJ) definida pela

SUSEP para a curva prefixada. Para o fluxo de pagamentos futuros de sinistros foi levado em consideração os dados históricos da Companhia. As premissas consideradas para o cálculo do TAP foram:

	2023
Sinistralidade média (histórico de cinco anos)	8,35%
Despesas administrativas	24,63%
Tributos	4,65%
Outras receitas e despesas operacionais	0,16%
Despesas não alocáveis/alocáveis aos sinistros	1,67%

- O cálculo do TAP não revelou a necessidade de constituição de provisão adicional no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

- Segundo disposto no CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, ou quando existe uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.

m. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de aposentadoria complementar

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Junto Seguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado".

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e créditos tributários diferidos

O Imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 mil. Para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") a alíquota padrão é de 15%. Com a promulgação da Lei nº 14.446/2022, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, a CSLL foi calculada com uma alíquota de 16%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data do início de vigência do risco, a que ocorrer primeiro. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE), são estimados através de triângulos de run-off, com base nas informações históricas de prêmios emitidos nos últimos 60 meses da Companhia.

p. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos sobre fundos de investimentos não exclusivos e títulos de renda fixa privados e públicos, receitas de dividendos e juros sobre o capital recebidos, quando aplicável. Adicionalmente, a Companhia registra em receitas financeiras os ressarcimentos dos juros incorridos das operações de seguros e resseguros.

As despesas financeiras abrangem os juros incorridos e correções monetárias nas operações de seguros e resseguros, e despesas e encargos com tributos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

q. Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas poderiam afetar as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e concluiu que todas as políticas contábeis divulgadas anteriormente como "significativas" atendem aos novos conceitos de "materiais" trazidas pela modificação da referida norma.

4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS E NÃO ADOTADAS

Novas normas e requerimentos regulatórios serão efetivos para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou de forma antecipada essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

**junto**
SEGUROS**Demonstrações Financeiras 2023**
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**JUNTO SEGUROS S.A.**
CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)**a. CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Circular SUSEP nº 678/2022 aprovou a adoção do CPC 48 para suas supervenientes na mensuração e classificação das aplicações financeiras, com entrada em vigor em 2 de janeiro de 2024.

i. Ativos financeiros - Classificação

A classificação de ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, geralmente é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 inclui três principais categorias de mensuração para ativos financeiros – mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") – e elimina as categorias anteriores da CPC 38, de investimentos, empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Um ativo financeiro é calculado ao custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para cobrança de fluxos de caixa contratuais.

Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

Um ativo financeiro é calculado ao VJORA se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo VJR: For mantido em um modelo de negócios que cumpre seu objetivo tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como calculados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são calculados ao VJR. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que cumpre de outra forma os requisitos para serem calculados ao custo amortizado ou ao VJORA, como mensurado pelo VJR, caso isso elimine ou reduza de forma significativa o descasamento contábil que de outra forma seria originado.

No entanto, no reconhecimento inicial de um investimento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar por irrevogavelmente apresentar mudanças subsequentes no valor justo em ORA. A escolha é feita em uma base de instrumento a instrumento, de acordo com o modelo de negócios.

Avaliação de impacto

O CPC 48 afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros mantidos em 1º de janeiro de 2024, da seguinte forma: Os investimentos de dívida classificados como disponíveis para venda de acordo com o CPC 38, serão mensurados, de acordo com o CPC 48, ao custo amortizado, VJORA ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas; e

A maioria dos investimentos de capital classificados como disponíveis para venda de acordo com o CPC 38 serão mensurados pelo VJR de acordo com o CPC 48. No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e serão designados como VJORA em 1º de janeiro de 2024; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo reportados em ORA, nenhuma perda por redução ao valor recuperável será reconhecida no resultado e nenhum ganho ou perda será reclassificado para o resultado na alienação desses investimentos.

Como a maioria dos ativos financeiros da Companhia é mensurada pelo valor justo antes e depois da transição para o CPC 48, em linha com o modelo de negócios estabelecido para cada grupo de ativos os novos requisitos de classificação não apresentaram impacto material no patrimônio total da Companhia em 1º de janeiro de 2024.

ii. Redução ao valor recuperável (somente para aplicações financeiras)

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida no CPC 38 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. Isso exigirá julgamento sobre como as mudanças nos fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, ("ECLs", sigla para termo em inglês de *expected credit losses*), que serão determinadas com base na probabilidade ponderada.

O novo modelo de redução ao valor recuperável será aplicado aos ativos financeiros do Grupo mensurados ao custo amortizado e investimentos de dívida ao VJORA.

O CPC 48 exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual à ECL para 12 meses ou ECL para a vida inteira do instrumento financeiro. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 meses são uma parte das ECLs para a vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 meses após a data de apresentação.

A Companhia passa a calcular as provisões para perdas com aplicações financeiras como um valor igual ao ECL para a vida inteira, exceto nos casos descritos abaixo, para os quais o valor reconhecido será de ECL de 12 meses:

- Títulos de dívida que são determinados como tendo baixo risco de crédito na data do relatório; e
- Outros instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não teve um aumento significativo desde o reconhecimento inicial. Ao determinar se o risco de crédito em um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia passa a considerar as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Mensuração da ECL

ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como todos os déficits de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Os principais insumos para a mensuração da ECL são as estruturas de prazo da Probabilidade de Default ("PD", sigla para termo em inglês de *probability of default*), a Exposição no Default ("EAD", sigla para termo em inglês de *exposure at default*) e a Perda em caso de Default ("LGD", sigla para termo em inglês de *loss given default*). A ECL para ativos financeiros, para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente, é calculado multiplicando a PD de 12 meses pela respectiva LGD e EAD. A ECL para a vida inteira é calculada multiplicando a PD de toda vida do instrumento financeiro pelas respectivas LGD e EAD.

Avaliação de impacto

O reconhecimento de provisões para perdas adicionais na adoção do CPC 48 refere-se principalmente a investimentos de dívida mensurados ao VJORA, excluindo os títulos públicos e os instrumentos garantidos pelo FGC, para os quais a Companhia possui estudo que suporta a não constituição de ECL. Com base nos estudos realizados até a data de publicação dessas demonstrações financeiras, não observou-se impacto material no patrimônio líquido da Companhia com a nova prática contábil.

b. Circular SUSEP nº 678/2022**i. Redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber**

Com vigência a partir de 2 de janeiro de 2024, a referida circular modificou os critérios para cálculo da redução ao valor recuperável de prêmios a receber, que deverá ser constituída:

- Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
 - a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que está opção seja mais aderente.
- A Companhia deverá elaborar estudo técnico, atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações financeiras, que contemple, no mínimo:
- Indicação dos agrupamentos de prêmios a receber utilizados pela sociedade seguradora para fins de constituição de RVR;
 - dados históricos por agrupamento utilizados no cálculo da probabilidade de inadimplência; e
 - variáveis econômicas utilizadas no cálculo da probabilidade de inadimplência, se utilizada.

ii. Redução ao valor recuperável de ativos com ressegurador

A Circular SUSEP nº 678/2022 passou a exigir que a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador ou um retrocessionário deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada contraparte. Deverá ser considerado para cálculo do risco de inadimplência, no mínimo:

- o histórico de perdas com o ressegurador/retrocessionário;
- análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário;
- eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

Avaliação de impacto

Com base nos estudos realizados até a data de publicação dessas demonstrações financeiras, a alteração dos critérios para cálculo de RVR de prêmios a receber e ativos com ressegurador apresentou um impacto aproximado de 0,1% sobre o patrimônio líquido da Companhia na data de vigência da referida Circular.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco operacional;
- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes, apresentamos a seguir as informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar (ou mitigar) perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte no planejamento das atividades e dos negócios, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, buscando adequação dos níveis de riscos aos objetivos estratégicos estabelecidos, os quais estão norteados pela regulamentação vigente, melhores práticas internacionais e políticas corporativas.

O processo de gerenciamento de riscos está institucionalizado, através da sua governança corporativa, a qual abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios, áreas operacionais e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos, os quais destacamos (porém, não se limitando a estes):

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Elaboração, revisão e implementação de políticas e manuais de procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais, adequação de controles e procedimentos para tratamento e mitigação dos riscos identificados;
- Monitoramento do banco de dados de perdas operacionais, ações corretivas para reversão das perdas e mitigação/eliminação da causa raiz;
- Plano de continuidade de negócios; e
- Programa de treinamento de Compliance com ênfase aos temas de controles internos, gestão de riscos, código de ética, prevenção à lavagem de dinheiro, anticorrupção, proteção de dados, segurança da informação e demais temas correlacionados e previstos em legislação e regulação vigentes.

Estrutura de Gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na Estrutura de Gestão de Riscos, proporcional e compatível com a natureza, escala e complexidade de suas operações, bem como adequada com o seu Sistema de Controles Internos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de banco de dados de perdas operacionais, análises de resultados de testes e controles, auditorias, buscando a integração com as análises estratégicas na gestão dos riscos.

Para assegurar o processo de gerenciamento de riscos com o seu ambiente de governança corporativa, a Companhia conta com as seguintes comissões/comitês que existem dentro da estrutura de Grupo no qual faz parte:

- Comitê de subscrição:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os riscos de subscrição de maior complexidade e com importância segurada que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
- Comitê de deliberações do jurídico e sinistro:** constituído para deliberar na análise técnica e na tomada de decisões no tocante às expectativas de sinistros, aos registros de sinistros e aos processos judiciais que sejam relativos às apólices emitidas pela Companhia.
- Comitê de auditoria:** reporta-se ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral e possui atribuições para revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos com base na regulamentação vigente e das políticas internas; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Diretor Presidente o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- Comitê de crédito:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os limites de crédito a serem concedidos ou alterados para clientes e potenciais clientes que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
- Grupo de trabalho de investimentos:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de investimentos, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho da carteira de investimentos e propor, para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as diretrizes de investimentos para os ativos da Companhia.
- Comissão executiva:** composta por membros da Diretoria Estatutária, cabe a esta comissão zelar pela qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições multidisciplinares para deliberarem sobre temas de relevância, atrelados ao ambiente corporativo e de negócios, assim sendo, também é parte dessa comissão a deliberação de matérias relacionadas ao ambiente de controles internos, tais como prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro, Código de Ética e Conduta, Plano de Compliance e demais temas correlacionados.
- Reuniões executivas de riscos:** acontecem individualmente ou em grupo, normalmente a composição é por um grupo multidisciplinar, inclusive por Diretor e membro do Conselho de Administração, que se reúne periodicamente para analisar, debater e promover recomendações que possam colaborar na eficiência da gestão e estrutura de riscos, bem como na avaliação do sistema de controles internos, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes. É parte dessas comissões o acompanhamento dos planos de ações referente às eventuais recomendações e apontamentos oriundos dos relatórios das auditorias internas e externas, sob forma de assegurar a conformidade com o apetite de riscos da Companhia e seu ambiente de governança corporativa.
- Comissão de segurança da informação e privacidade:** composta por um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de estudar, recomendar e assessorar a Diretoria Executiva em relação à execução das diretrizes de segurança da informação, bem como disseminar a cultura e o engajamento dos colaboradores e dos fornecedores de bens e serviços da Junto na conformidade com o programa de segurança da informação e privacidade, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes.

Além dessas Comissões e Comitês, a Companhia possui um departamento de auditoria interna o qual é fundamental na estrutura de governança corporativa, pois sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para a avaliação dos controles internos e de gestão de riscos adequadas ao perfil da Companhia. A auditoria interna possui um calendário de avaliação seguindo uma agenda regulatória e operacional, atrelada ao modelo de negócio, sendo que suas atividades de revisões, análises, recomendações, pareceres e demais informações relativas ao ambiente institucional ratificando o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades dentro Companhia, com total segregação e isenção.

a. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente oriundos do relacionamento de negócios, excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Controle de risco operacional

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance para evitar (ou mitigar) a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não da conformidade com as normas, procedimentos e políticas internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, cuja matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles, planos de ações e melhorias implantadas de forma institucional/corporativa.

b. Risco de subscrição

O gerenciamento de risco de subscrição é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros destes ramos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que a estimada. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições a riscos de seguros acumulados para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseado no valor dos Prêmios emitidos diretos.

	2023		2022	
	Prêmio emitido direto	%	Prêmio emitido direto	%
Sudeste	611.048	84,56%	310.645	49,33%
Sul	67.543	9,34%	242.634	38,53%
Nordeste	27.265	3,77%	26.119	4,15%
Centro-oeste	11.107	1,54%	45.128	7,17%
Norte	5.703	0,79%	5.140	0,82%
Totais	722.646	100%	629.666	100%

Estratégia de subscrição

A Companhia oferece seguros no ramo de seguro garantia no qual é especializada e tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos, precificação e acredita que as técnicas de subscrição de riscos empregadas oferecem vantagem na identificação e seleção dos riscos sobre os contratos de seguros assumidos. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de contratos facultativos para determinadas circunstâncias.

Resultados do teste de sensibilidade**Passivos atuariais**

No teste de sensibilidade foram projetados os passivos atuariais e demonstrado o impacto de uma mudança razoavelmente possível quando do aumento e redução nas taxas de juros, aumento nas despesas administrativas e na sinistralidade. Os resultados do teste estão apresentados a seguir.

Sensibilidade	Valor		Total		Valor		Ajustes Passivos
	Total de Provisão de Sinistros	Presente Passados(*)	Sensibilidade Sinistros Passados(*)	PPNG da DCD	Presente PPNG (Sinistros Futuros)	Sensibilidade PPNG (Sinistros Futuros)	
(1) Cenário Base	391.210	335.087	(56.124)	885.954	367.626	(518.328)	-
(2) Sinistralidade + 10pp	391.210	335.087	(56.124)	885.954	457.331	(428.623)	-
(3) Despesas + 10%	391.210	335.087	(56.124)	885.954	461.705	(424.249)	-
(4) Juros - 10%	391.210	339.721	(51.490)	885.954	373.396	(512.558)	-
(5) Juros + 10%	391.210	330.621	(60.590)	885.954	362.033	(523.921)	-

(*) Sinistros passados: reserva total necessária na data-base, relativa a sinistros que já ocorreram (inclui IBNR e PDR).



junto SEGUROS

Demonstrações Financeiras 2023

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

JUNTO SEGUROS S.A.
 CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
 Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

A sensibilidade de sinistralidade não afeta o valor presente dos sinistros passados.

- (1) Líquida de DCD e Ativos Intangíveis
- (2) Acréscimo de 10pp na Sinistralidade
- (3) Acréscimo de 10% nas Despesas Administrativas
- (4) Decréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros
- (5) Acréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito no resultado, passivo e no patrimônio líquido, de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e altamente controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste período, na primeira linha do quadro a seguir, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que são obtidas informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros que são avisadas a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Incluem-se as provisões para despesas relacionadas (PDR), deduzido o cosseguro.

Sinistro bruto de resseguro

Montante de sinistros incorridos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano de ocorrência	331.164	8.998	22.564	34.963	17.580	7.715	18.581	5.898	4.083	31.284	22.611	22.611
Um ano após ocorrência	347.438	12.958	26.445	39.129	28.164	22.398	25.417	11.629	11.033	50.723	-	50.723
Dois anos após ocorrência	360.887	13.123	30.074	62.826	36.681	22.885	25.708	12.424	13.418	-	-	13.418
Três anos após ocorrência	362.183	13.284	30.830	69.629	37.395	23.342	26.636	14.077	-	-	-	14.077
Quatro anos após ocorrência	362.360	13.831	31.564	69.753	38.112	24.580	26.767	-	-	-	-	26.767
Cinco anos após ocorrência	367.765	13.909	31.658	69.764	39.425	24.875	-	-	-	-	-	24.875
Seis anos após ocorrência	368.433	13.999	31.683	69.888	39.485	-	-	-	-	-	-	39.485
Sete anos após ocorrência	368.877	14.025	31.683	69.889	-	-	-	-	-	-	-	69.889
Oito anos após ocorrência	368.917	14.025	31.687	-	-	-	-	-	-	-	-	31.687
Nove anos após ocorrência	368.962	14.025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.025
Dez anos após ocorrência	369.053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	369.053
Estimativa dos sinistros na data-base	369.053	14.025	31.687	69.889	39.485	24.875	26.767	14.077	13.418	50.723	22.611	676.610
Estimativa dos sinistros na data-base	369.053	14.025	31.687	69.889	39.485	24.875	26.767	14.077	13.418	50.723	22.611	676.610

Estimativa dos sinistros na data-base

Montante de sinistros efetuados	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Sinistros Pendentes (a)	273.059	6.122	3.915	29.453	2.448	1.734	8.072	2.805	4.611	7.832	4.938	344.989

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 4.239.

Sinistro líquido de resseguro

Montante de sinistros incorridos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano de ocorrência	26.027	4.229	13.480	13.047	8.635	4.684	9.847	4.479	2.665	14.549	10.437	10.437
Um ano após ocorrência	30.331	6.532	15.530	15.531	12.851	10.754	13.986	7.669	6.664	24.103	-	24.103
Dois anos após ocorrência	36.292	6.648	17.999	20.024	17.277	11.236	14.276	8.373	8.446	-	-	8.446
Três anos após ocorrência	36.526	6.735	18.419	24.074	17.720	11.688	15.150	9.246	-	-	-	9.246
Quatro anos após ocorrência	36.631	7.050	18.824	24.128	18.125	11.800	15.248	-	-	-	-	15.248
Cinco anos após ocorrência	39.672	7.101	18.908	24.139	18.586	12.095	-	-	-	-	-	12.095
Seis anos após ocorrência	40.047	7.146	18.931	24.263	18.646	-	-	-	-	-	-	18.646
Sete anos após ocorrência	40.273	7.160	18.931	24.264	-	-	-	-	-	-	-	24.264
Oito anos após ocorrência	40.295	7.160	18.935	-	-	-	-	-	-	-	-	18.935
Nove anos após ocorrência	40.319	7.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.160
Dez anos após ocorrência	40.406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.406
Estimativa dos sinistros na data-base	40.406	7.160	18.935	24.264	18.646	12.095	15.248	9.246	8.446	24.103	10.437	188.986
Estimativa dos sinistros na data-base	40.406	7.160	18.935	24.264	18.646	12.095	15.248	9.246	8.446	24.103	10.437	188.986

Estimativa dos sinistros na data-base

Montante de sinistros efetuados	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Sinistros Pendentes (a)	22.441	2.306	2.054	8.018	1.115	1.185	4.241	2.016	2.287	3.804	1.588	51.056

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 1.568.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos e ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) via Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Companhia e seus ratings em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Rating	31 de dezembro de 2023						Sem Classificação	Total
	AAA	A	A-	BBB	BB	BB-		
Títulos Públicos (a)	-	-	-	-	452.070	-	452.070	
DPGE	-	27.382	-	-	-	-	27.382	
Letras financeiras	8.084	-	-	-	-	-	8.084	
Ações de companhias abertas	-	-	659	-	-	-	659	
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	41.900	
Total	8.084	27.382	659	-	452.070	-	41.900	
Representatividade	2%	5%	0%	-	85%	-	8%	
31 de dezembro de 2022								
Títulos Públicos (a)	-	-	-	-	-	447.012	447.012	
DPGE	-	-	-	9.629	-	-	9.629	
Ações de companhias abertas	-	-	376	-	-	-	376	
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	22.295	
Total	-	-	376	9.629	-	447.012	22.295	
Representatividade	-	-	0%	2%	-	93%	5%	

(a) Considerado o rating soberano na escala internacional para os títulos públicos.

Exposições ao crédito de seguro

A Companhia está exposta a perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador da apólice, dos compromissos financeiros por ele assumidos quando da emissão de um seguro. Com o objetivo de mitigar tais riscos de crédito e consequentemente diminuir a probabilidade de redução do valor recuperável dos prêmios a receber, a Companhia realiza um processo de avaliação dos tomadores, como parte de sua metodologia para análise de crédito, fazendo uso de critérios quantitativos e qualitativos desse tomador e o grupo econômico em que ele está inserido.

A Companhia também possui exposição relacionada a concentrações de risco com resseguradoras, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia gerencia as exposições às resseguradoras, avaliando regularmente e limitando os impactos de eventuais inadimplências. A Companhia opera substancialmente com a resseguradora do Grupo, com classificação de risco A- pela escala internacional da AMBest e brAAA pela Standard & Poor's. O saldo a recuperar com resseguradoras é de R\$ 12.675 (R\$ 8.570 em 31 de dezembro de 2022).

d. Risco de liquidez

A companhia possui forte posição de liquidez que é mantida por meio de política de gerenciamento de liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições

financeiras. As prerrogativas consideradas pela Companhia para o monitoramento deste risco estão descritas no Manual de Procedimentos de Liquidez e na Nota Técnica de Apetite a Riscos da Companhia, cujos documentos possuem sinergia com o disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações de modo seguro. Os principais diretrizes a serem consideradas para a gestão do risco são:

- Política de Investimentos compatível com o perfil de risco da companhia;
- Projeção futura dos passivos, visando a cobertura correta sobre cenários de estresse;
- Monitoramento e projeção mensal dos ativos vinculados ante os passivos a serem cobertos; e
- Monitoramento da cobertura do PLA ante o Capital Mínimo Requerido. Conforme descrito em Nota Técnica Atuarial, a Companhia entende como um patamar estável de suficiência o índice de 230%, representado pela relação entre a suficiência de PLA frente ao CMR (nota explicativa 21).

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é avaliado pela conciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, o limite técnico de segurança calculado para 31 de dezembro de 2023 foi de 10% do Capital Mínimo Requerido.

Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Em conformidade pelo disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021, a companhia adota os processos de estudo da evolução dos passivos por meio do teste de adequação dos passivos e conduz o estudo do casamento entre seus fluxos de ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento como a análises de sensibilidade, e verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros) e casamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado, semestralmente, como objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
Fluxo de 0 a 6 meses	444.396	462.440
Fluxo de 6 a 12 meses	67.210	39.638
Fluxo de 12 a 60 meses	1.076.274	763.761
Fluxo acima de 60 meses	20.584	21.041
Total	1.608.464	1.286.880

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base no fluxo de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros e ativos de resseguros.

(ii) O fluxo de passivos considera os débitos das operações com seguros e resseguros e as provisões técnicas.

Gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera.

É objetivo da Companhia manter uma base de capital forte para suportar o desenvolvimento dos seus negócios e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos.

O gerenciamento de capital da Companhia incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o regulatório, definidos como:

- Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e
- Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente (nota explicativa 21).

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos resultados da Companhia.

Gerenciamento de risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Controle de risco de mercado

A exposição ao risco de mercado das carteiras da Companhia corresponde substancialmente aos seus investimentos em fundos de investimento. A alocação em renda variável se faz pela participação em ações do IRB, focado principalmente em dividendos com perspectivas de longo prazo. No controle de risco de mercado utiliza-se do VaR paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 S.A. para cálculo de margens.

Exposição ao risco de mercado

Atualmente, a exposição ao risco de mercado se limita substancialmente às taxas de juros básicas, que impactam diretamente os títulos públicos, as letras financeiras, os investimentos em DPGEs e a participação em ações do IRB.

Ativos financeiros

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros, excluindo as aplicações em fundos de investimentos e em ações que a Companhia possui do IRB, considerando cada tipo de risco e percentuais de deterioração, a saber:

- (i) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 1% na variável de risco considerada (taxa de juros).
- (ii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (taxa de juros).
- (iii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (taxa de juros).

Sensibilidade dos Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2023

Carteira própria - TVM	Valor-base	Alta DI - Valorização:			Baixa DI - Deterioração:		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
LFT	348.118	406	10.139	20.278	(406)	(10.139)	(20.278)
LTN	93.258	109	2.716	5.432	(109)	(2.716)	(5.432)
NTN-F	10.694	12	311	623	(12)	(311)	(623)
Letras financeiras	8.084	9					



Demonstrações Financeiras 2023 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

JUNTO SEGUROS S.A.
 CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
 Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

b. Aplicações financeiras por prazo e por título

	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2022				
	Valor Contábil	Sem Vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento acima de 1 ano	Valor Contábil	Sem Vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento acima de 1 ano
Quotas de fundos de investimentos	41.900	41.900	-	-	-	22.295	22.295	-	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos	452.070	-	43.481	51.127	357.462	447.012	-	10.161	80.500	356.351
Letras financeiras	8.084	-	8.084	-	-	376	376	-	-	-
Ações de companhias abertas	659	-	-	-	-	9.629	-	9.629	-	-
DPGE	27.382	-	-	-	27.382	-	-	-	-	-
Total	530.095	42.559	51.565	51.127	384.844	479.312	22.671	19.790	80.500	356.351

c. Movimentação de aplicações financeiras

	31 de dezembro de 2023						31 de dezembro de 2022					
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
LFT	314.234	296.810	(303.028)	40.045	57	348.118	44.859	455.489	(213.142)	26.881	147	314.234
LTN	122.909	-	(44.144)	8.793	5.710	93.258	298.243	-	(191.298)	12.599	3.365	122.909
NTN - F	9.869	-	(991)	1.025	791	10.694	10.393	-	(991)	1.025	(558)	9.869
Quotas de fundos de investimentos	22.295	91.690	(75.836)	3.751	-	41.900	6.476	55.400	(42.076)	2.495	-	22.295
Letras financeiras	-	7.186	-	897	1	8.084	-	-	-	897	-	8.084
Ações de companhias abertas (a)	376	-	-	283	-	659	1.758	-	-	(1.382)	-	376
DPGE	9.629	25.000	(9.684)	2.368	69	27.382	57.130	-	(49.895)	2.394	-	9.629
Total	479.312	420.686	(433.683)	57.152	6.628	530.095	418.859	510.889	(497.402)	44.012	2.954	479.312

(a) Em 30 de junho de 2022, sob a ótica do CPC 38, a Companhia reconheceu uma redução ao valor recuperável do referido instrumento financeiro classificado como disponível para venda, uma vez que identificou os elementos previstos na norma de declínio significativo e prolongado do valor de mercado, inclusive inferior ao valor de custo. Por esse motivo, reclassificou o saldo de ajuste ao valor justo anteriormente registrado no patrimônio líquido (R\$386 líquido de imposto) para o resultado daquele exercício. Em 2023, a variação do valor justo de R\$ 283 foi reconhecida no resultado.

d. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- **Nível 1** - Títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2** - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado;
- **Nível 3** - Títulos que não possuem seu valor justo determinado com base em um mercado observável (modelos de precificação interna na Companhia).

Valor justo por meio do resultado

	2023			2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Quotas de fundos de investimentos renda fixa disponíveis para venda	-	41.900	41.900	-	22.295	22.295
LFT	348.118	-	348.118	314.234	-	314.234
NTN-F	10.694	-	10.694	9.869	-	9.869
LTN	93.258	-	93.258	122.909	-	122.909
Ações de companhias abertas	659	-	659	376	-	376
Letras financeiras	8.084	-	8.084	-	-	-
DPGE	-	27.382	27.382	-	9.629	9.629
Total	460.813	69.282	530.095	447.388	31.924	479.312

O valor de mercado dos títulos públicos federais e de alguns títulos privados é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

O fundo de investimento renda fixa se destina a receber recursos exclusivamente de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas e previdência complementar e resseguradores locais, e sua carteira é composta substancialmente por títulos públicos e valorizados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos.

As ações de companhia aberta tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Os DPGEs tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pelo custodiante.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Prêmios a receber - Seguros

Ramos	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão de riscos de crédito	Total	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão de riscos de crédito	Total
Fiança locatícia	2.597	417	(3)	3.011	1.264	1.276	(8)	2.532
Garantia Judicial	-	22	-	22	-	46	-	46
Garantia segurado setor público	544.650	24.711	(8.226)	561.135	400.961	19.256	(5.080)	415.137
Garantia segurado setor privado	55.588	20.210	(1.650)	74.148	75.382	15.035	(1.269)	89.148
Total	602.835	45.360	(9.879)	638.316	477.607	35.613	(6.357)	506.863

Prêmios a receber - por vencimento

	2023	2022
entre 1 e 60 dias	22.212	17.627
entre 61 e 120 dias	4.791	5.282
entre 121 e 180 dias	5.755	2.192
entre 181 e 365 dias	3.705	4.402
acima de 365 dias	8.554	6.136
Total vencidos	45.017	35.639

A vencer

	2023	2022
entre 1 e 60 dias	89.786	76.488
entre 61 e 120 dias	42.886	35.286
entre 121 e 180 dias	60.325	47.875
entre 181 e 365 dias	94.936	59.892
acima de 365 dias	269.885	222.427
Total a vencer	557.818	441.968

Total vencidos e a vencer

O prazo médio ponderado de parcelamento é de 2 anos e 1 mês, considerando uma média aritmética ponderada entre a data de vencimento das parcelas do contas a receber, a data de emissão da apólice e o prêmio a receber.

Prêmios a receber - Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	506.863	445.770
Prêmios emitidos	949.756	876.990
Adicional de fracionamento	788	572
Prêmios cancelados	(147.597)	(200.998)
RVNE	9.747	3.490
Recebimentos	(677.167)	(615.616)
Constituição provisão de redução ao valor recuperável incluindo perda efetiva	(4.074)	(3.345)
Saldo final	638.316	506.863

b. Operações com seguradoras e resseguradoras

As operações com seguradoras são compostas por saldos de comissões de corretagem de cosseguro cedido e totalizam R\$ 32.288 (R\$ 32.109 em 2022). As operações com resseguradoras são compostas por restituições de prêmio líquido de comissão e de sinistros pagos a serem recuperados dos resseguradores, que totalizam R\$ 12.675 (R\$ 8.570 em 2022).

c. Outros créditos operacionais

	2023	2022
Comissões a recuperar e ressarcimentos de sinistros	759	1.659
Provisão do valor recuperável de outros créditos	(612)	(753)
Total	147	906

8 ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos de resseguro referem-se aos prêmios de resseguros diferidos que são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em resseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, e pela provisão de recuperação de sinistros e IBNR do ramo garantia.

a. Prêmios de resseguros diferidos

Ramos	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Fiança locatícia	5.964	(2.426)	3.538	-	-	-
Garantia segurado setor público	887.901	(345.505)	542.396	76.149	(31.768)	44.381
Garantia segurado setor privado	76.149	(31.768)	44.381	970.014	(379.699)	590.315
Subtotal	970.014	(379.699)	590.315	15.550	-	15.550
Contrato de resseguro - garantia de excesso de danos	-	-	-	985.564	(379.699)	605.865
Total	985.564	(379.699)	605.865	-	-	-

Contrato de resseguro - garantia de excesso de danos

Ramos	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2022		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Garantia obrigações públicas	5	(2)	3	-	-	-
Fiança locatícia	2.797	(1.161)	1.636	-	-	-
Garantia judicial	105	(32)	73	-	-	-
Garantia segurado setor público	714.917	(275.709)	439.208	-	-	-
Garantia segurado setor privado	76.214	(31.818)	44.396	-	-	-
Subtotal	794.038	(308.722)	485.316	-	-	-
Contrato de resseguro - garantia de excesso de danos	-	-	-	11.368	-	11.368
Total	805.406	(308.722)	496.684	-	-	-

Movimentação de prêmios de resseguros diferidos

	2023	2022
Saldo inicial	805.406	716.714
Constituições	527.956	364.033
Apropriações	(347.798)	(275.341)
Saldo final	985.564	805.406

Movimentação de comissões de resseguros diferidas

	2023	2022
Saldo inicial	(308.722)	(272.217)
Apropriações	214.941	122.117
Constituições	(285.918)	(158.622)
Saldo final	(379.699)	(308.722)

b. Sinistros - Resseguros

	2023	2022
Sinistros pendentes de pagamentos	274.076	246.901
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	22.050	38.621
Provisão de despesas relacionadas	22.528	18.272
Total	318.654	303.794

Movimentação de provisão de sinistros pendentes de pagamentos

	2023	2022
Saldo inicial	246.901	240.912
Constituição	30.244	29.092
Recuperação	(21.595)	(22.649)
Reversão	(1.929)	(11.731)
Atualização monetária	20.455	11.277
Saldo final	274.076	246.901

Movimentação de provisão de despesas relacionadas

	2023	2022
Saldo inicial	18.272	18.290
Constituição	3.404	2.086
Recuperação	(2.940)	(1.757)
Reversão	132	(1.454)
Atualização monetária	3.660	1.107
Saldo final	22.528	18.272

9 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a. Créditos tributários e previdenciário

	2023	2022
Imposto de renda	-	-
Imposto de renda a compensar (a)	5.069	3.927
Imposto de renda TVM (b)	-	1.477
Contribuição social	-	-
Contribuição social a compensar (a)	361	2.721
Contribuição social TVM (b)	-	886
PIS e COFINS	-	-
COFINS a compensar	43	141
PIS a compensar	9	33
Outros créditos tributários	29	319
Total	5.511	9.504

Ativo circulante

(a) O saldo representa créditos decorrentes de saldo negativo de anos anteriores. A realização dos créditos será através do pedido de compensação administrativa, com débitos das próprias contribuições.

(b) Efeito fiscal relacionado ao ajuste do valor de mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda.

Créditos tributários não registrados

A Companhia não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são valores referentes às ações judiciais de tributos, trabalhistas e cíveis relacionadas a sinistros.

	2023	2022
Tributário (i)	42.408	39.383
Sinistros	6.748	8.300
Trabalhistas	-	99
Total depósitos judiciais	49.156	47.782

(i) Refere-se substancialmente a um depósito realizado em função de ação declaratória relacionada a imposto de renda e contribuição social, cuja avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia é de perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão correspondente.

10 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS



Demonstrações Financeiras 2023

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

JUNTO SEGUROS S.A.
 CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
 Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

11 ARRENDAMENTO

a) Ativo de direito de uso

	Taxa média depreciação	31 de dezembro de 2023				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis	25%	2.672	430	-	(1.263)	1.839
Total		2.672	430	-	(1.263)	1.839
31 de dezembro de 2022						
	Taxa média depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis	12%	1.884	1.885	-	(1.097)	2.672
Total		1.884	1.885	-	(1.097)	2.672

b) Passivo de arrendamento

	31 de dezembro de 2023				
	Saldo inicial	Adições	Juros	Pagamento	Saldo final
Imóveis	2.850	430	253	(1.499)	2.034
Total	2.850	430	253	(1.499)	2.034
31 de dezembro de 2022					
	Saldo inicial	Adições	Juros	Pagamento	Saldo final
Imóveis	1.969	1.885	307	(1.311)	2.850
Total	1.969	1.885	307	(1.311)	2.850

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito). A taxa média de desconto dos contratos da Companhia é de 10% a.a.

12 INVESTIMENTOS

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Participação societária	Valor contábil	Participação societária	Valor contábil
Junto Controle de Riscos Ltda. (a)	99,99%	654	99,99%	172
Total investimentos em participações societárias		654		172

A Controlada Junto Controle de Riscos Ltda. foi constituída em 26 de abril de 2011. Tem como principal atividade econômica a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial. Em 29 de junho de 2023, foi aprovado a integralização de capital adicional no montante de R\$ 1.100 ao capital da investida. O capital social da Controlada registrado no valor de R\$ 1.110 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2022) encontra-se totalmente subscrito e integralizado pelas acionistas Junto Seguros S.A. participando com 99,99% e a Junto Resseguros S.A. detendo em seu poder 0,01% das ações.

a. Movimentação do saldo de investimento

	Junto Controle de Riscos Ltda.
1º de janeiro de 2023	172
Aporte de capital	1.100
Resultado de equivalência patrimonial	(618)
31 de dezembro de 2023	654
1º de janeiro de 2022	57
Resultado de equivalência patrimonial	115
31 de dezembro de 2022	172

13 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não identificou indicio de perda efetiva no valor recuperável de seus ativos.

a) Bens móveis e outras imobilizações

	Taxa de depreciação anual	31 de dezembro de 2023					Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Alienações	Depreciação	
Equipamentos de informática	20%	1.218	509	-	(1)	(557)	1.169
Móveis, máquinas e utensílios	10%	613	294	-	(40)	(113)	754
Instalações	10%	187	1	-	-	(27)	161
Outras imobilizações em curso	10%	3	-	-	(3)	-	-
Total		2.021	804	-	(44)	(697)	2.084
31 de dezembro de 2022							
	Taxa de depreciação anual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Alienações	Depreciação	Saldo final
Equipamentos de informática	20%	1.504	393	1	(87)	(593)	1.218
Veículos	20%	120	-	-	(54)	(66)	-
Móveis, máquinas e utensílios	10%	954	81	(1)	(291)	(130)	613
Instalações	10%	214	-	-	-	(27)	187
Outras imobilizações em curso	10%	3	-	-	-	-	3
Total		2.795	474	-	(432)	(816)	2.021

b) Intangíveis

	Taxa de depreciação anual	31 de dezembro de 2023					Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Alienações	Amortização	
Intangível em desenvolvimento	-	343	4.690	-	-	-	5.033
Outros intangíveis	20%	14	-	-	-	(4)	10
Total		357	4.690	-	-	(4)	5.043
31 de dezembro de 2022							
	Taxa de depreciação anual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Alienações	Amortização	Saldo final
Intangível em desenvolvimento	-	-	343	-	-	-	343
Outros intangíveis	20%	22	-	(4)	-	(4)	14
Total		22	343	(4)	-	(4)	357

14 CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Obrigações a pagar	27.751	23.428
Fornecedores	5.401	3.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	13.841	11.752
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	8.126	7.651
Outras obrigações	383	306
Impostos e encargos sociais a recolher	3.001	2.819
Imposto de renda retido de colaboradores	454	549
Imposto de renda retido de terceiros	480	219
Imposto sobre serviços retido	354	393
Imposto sobre operações financeiras	210	122
Contribuições previdenciárias	1.196	1.209
Contribuições para o FGTS	218	239
Outros impostos e encargos sociais	89	88
Encargos trabalhistas	3.861	3.661
Férias a pagar	3.857	3.646
Outros encargos	4	15
Impostos e contribuições	1.275	505
Imposto de renda	473	-
Contribuição social	429	-
COFINS	321	436
PIS	52	69
Outras contas a pagar	3.751	4.087
Total	39.639	34.500

15 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Prêmios a restituir

Refere-se a prêmios a restituir aos tomadores dos ramos garantia no valor de R\$ 1.421 (R\$ 3.673 em 2022).

b. Operações com seguradoras

Refere-se substancialmente aos prêmios de cosseguros cedidos, dos ramos garantia a serem pagos às seguradoras, no montante de R\$ 161.190 (R\$ 158.716 em 2022).

c. Operações com resseguradoras

	31 de dezembro de 2023				
	Prêmios de Resseguro	Prêmios RVNE	Sinistros	Excesso de danos	Total
Ramos					
Garantia obrigações privadas	59	-	205	3.132	3.396
Garantia obrigações públicas	2	-	781	-	783
Fiança locatícia	1.237	144	-	-	1.381
Garantia segurado setor público	273.174	13.579	2.000	155	288.908
Garantia segurado setor privado	16.741	9.191	1.620	3.884	31.436
Total	291.213	22.914	4.606	7.171	325.904
31 de dezembro de 2022					
	Prêmios de Resseguro	Prêmios RVNE	Sinistros	Excesso de danos	Total
Ramos					
Garantia obrigações privadas	59	-	503	2.188	2.750
Garantia obrigações públicas	2	-	1.305	147	1.454
Fiança locatícia	383	338	-	-	721
Garantia judicial	-	15	-	-	15
Garantia segurado setor público	189.979	10.058	2.830	1.141	204.008
Garantia segurado setor privado	20.783	6.635	10	1.868	29.296
Total	211.206	17.046	4.648	5.344	238.244

d. Corretores de seguros e resseguros

Refere-se às comissões de seguros sobre os prêmios emitidos diretos, do ramo garantia, a serem pagos aos corretores no montante de R\$ 147.386 (R\$ 111.394 em 2022).

16 DEPÓSITO DE TERCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2023						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos	143	94	39	32	45	150	503
Outros depósitos	-	27	72	-	-	57	156
Total	143	121	111	32	45	207	659
Em 31 de dezembro de 2022							
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos	141	79	15	54	29	-	318
Outros depósitos	-	-	18	1	3	-	22
Total	141	79	33	55	32	-	340

17 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

a. Provisões técnicas

	31 de dezembro de 2023						Total
	PPNG	PPNG RVNE	PSL	IBNR	PDR		
Ramos:							
Garantia obrigações privadas	-	-	69.916	-	8.270	-	78.186
Garantia obrigações públicas	-	-	117.771	-	2.343	-	120.114
Fiança locatícia	10.546	264	958	225	34	-	12.027
Garantia judicial	-	-	-	43	4	-	47
Garantia concessões públicas	-	-	-	-	1	-	1
Garantia segurado setor público	988.674	16.825	56.217	38.803	8.988	-	1.109.507
Garantia segurado setor privado	86.019	10.164	73.952	2.911	12.439	-	185.485
Subtotal bruto	1.085.239	27.253	318.814	41.982	32.079	-	1.505.367
Garantia obrigações públicas	-	-	(113)	-	-	-	(113)
Garantia segurado setor público	-	-	(1.125)	-	-	-	(1.125)
Garantia segurado setor privado	-	-	(427)	-	-	-	(427)
Subtotal recuperação cosseguro cedido	-	-	(1.665)	-	-	-	(1.665)
Total provisões técnicas	1.085.239	27.253	317.149	41.982	32.079	-	1.503.702
31 de dezembro de 2022							
	PPNG	PPNG RVNE	PSL	IBNR	PDR		Total
Ramos:							
Garantia obrigações privadas	-	-	53.266	-	6.470	-	59.736
Garantia obrigações públicas	5	-	118.626	-	1.975	-	120.606
Fiança locatícia	5.445	735	958	365	37	-	7.540
Garantia judicial	192	26	-	65	5	-	288
Garantia concessões públicas	-	-	-	-	1	-	1
Garantia segurado setor público	814.716	12.397	58.550	53.719	9.057	-	948.439
Garantia segurado setor privado	91.749	7.343	56.425	4.328	9.686	-	169.531
Subtotal bruto	912.107	20.501	287.825	58.477	27.231	-	1.306.141
Garantia obrigações públicas	-	-	(396)	-	-	-	(396)
Garantia segurado setor público	-	-	(1.355)	-	-	-	(1.355)
Garantia segurado setor privado	-	-	(379)	-	-	-	(379)
Subtotal recuperação cosseguro cedido	-	-	(2.130)	-	-	-	(2.130)
Total provisões técnicas	912.107	20.501	285.695	58.477	27.231	-	1.304.011

b. Movimentações das provisões técnicas de seguros

Movimentação da provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

	2023	2022
Saldo inicial	912.107	805.152
Apropriações	(764.363)	(768.814)
Constituições	937.495	875.769
Saldo final	1.085.239	912.107
Movimentação da provisão de sinistros a liquidar (PSL)		
Saldo inicial	285.695	281.390
Constituição	56.812	53.383
Pagamentos	(45.799)	(44.772)
Reversão	(3.176)	(18.569)
Atualização monetária	23.617	14.263
Saldo final	317.149	285.695
Movimentação da provisão de despesas relacionadas		
Saldo inicial	27.231	27.312
Constituição	4.995	4.438
Pagamentos	(5.116)	(3.435)
Reversão	(79)	(2.861)
Atualização monetária	5.048	1.777
Saldo final	32.079	27.231



Demonstrações Financeiras 2023 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

JUNTO SEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

19 PROVISÕES, PASSIVOS, CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS

As provisões da Companhia estão representadas por ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, fiscais, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

Ações cíveis - Relacionadas a sinistros (PSL Judicial)						
Probabilidade de perda	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	46	144.669	144.669	41	122.521	122.521
Possível	147	623.472	2.993	123	534.569	2.566
Remota	87	639.924	3.072	97	776.268	3.726
Total	280	1.408.065	150.734	261	1.433.358	128.813
Ações cíveis - Não relacionadas a sinistros						
Probabilidade de perda	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	10	217	217	7	517	517
Possível	13	57.801	-	10	31.523	-
Remota	7	3.582	-	5	1.794	-
Total	30	61.600	217	22	33.834	517
Ações trabalhistas						
Probabilidade de perda	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	1	37	37	2	142	142
Possível	1	124	-	1	109	-
Remota	-	-	-	-	-	-
Total	2	161	37	3	251	142
Ações fiscais						
Probabilidade de perda	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quan-tidade	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	1	132	132	1	123	123
Possível	13	7.396	-	22	7.757	-
Remota	4	4.753	-	1	3.775	-
Total	18	12.281	132	24	11.655	123

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

- Provisões judiciais relacionadas a sinistros - referem-se a ações judiciais relacionadas a processos de sinistros decorrentes da operação de seguros, constituídas como provisão de sinistros a liquidar judicial.
- Provisões judiciais relacionadas a sinistros - referem-se a ações judiciais relacionadas a processos de sinistros decorrentes da operação de seguros, constituídas como provisão de sinistros a liquidar judicial.
- Provisões judiciais trabalhistas - referem-se a ações judiciais de reclamações trabalhistas de autoria de ex-colaboradores.
- Provisões judiciais fiscais - referem-se a processos administrativos e mandados de segurança que exigem diferenças de impostos sobre serviços prestados.
- Provisões judiciais cíveis - referem-se a ações judiciais não relacionadas a operação de seguros.

b. Movimentação das provisões

	31 de dezembro de 2023					Saldo final
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	
Sinistros em discussão judicial	128.813	7.027	(2.108)	23.702	(6.700)	150.734
Relacionadas a sinistros	128.813	7.027	(2.108)	23.702	(6.700)	150.734
Trabalhistas	142	-	-	6	(111)	37
Fiscais	123	-	-	9	-	132
Cíveis	517	88	(283)	47	(152)	217
Não relacionadas a sinistros	782	88	(283)	62	(263)	386
Total	129.595	7.115	(2.391)	23.764	(6.963)	151.120
	31 de dezembro de 2022					Saldo final
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	
Sinistros em discussão judicial	125.067	5.321	(994)	12.763	(13.344)	128.813
Relacionadas a sinistros	125.067	5.321	(994)	12.763	(13.344)	128.813
Trabalhistas	127	36	-	(15)	(6)	142
Fiscais	126	10	-	3	(10)	123
Cíveis	367	142	-	(8)	-	517
Não relacionadas a sinistros	620	188	-	(10)	(16)	782
Total	125.687	5.509	(994)	12.753	(13.360)	129.595

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 135.551 dividido em 24.125.868 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes a acionista domiciliado no país (R\$ 135.551 dividido em 24.125.868 em 2022).

b. Reservas de capital

Refere-se a reservas para futuro aumento do capital social.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Considerando o limite supracitado, não houve constituição de reserva legal para o exercício de 2023.

Outras reservas de lucros é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal. Efetuada ao final de cada exercício social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei.

	2023	2022
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido do exercício	40.233	39.847
Reserva legal	-	890
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	<u>40.233</u>	<u>38.957</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	10.058	9.739
Total dividendos distribuídos	-	-
Juros sobre o capital próprio, bruto de impostos	16.284	13.826

Em 23 de fevereiro de 2022 a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 4.307, a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 12.921, a título de dividendos discricionários, oriundos do exercício de 2021. O pagamento ao acionista Junto Holding Brasil S.A. ocorreu em 01 de abril de 2022, dentro do prazo estabelecido em assembleia.

Em 16 de dezembro de 2022, durante Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 13.826 (o imposto de renda retido na fonte foi de R\$ 2.074), referente ao resultado do exercício de 2022, pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. no dia 28 de fevereiro de 2023. A distribuição ora aprovada integrou o dividendo obrigatório devido aos acionistas.

Em 29 de junho e 25 de setembro de 2023, durante as Assembleias Gerais Extraordinárias, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 16.284 (o imposto de renda retido na fonte de R\$ 2.443), referente ao resultado do exercício de 2023, a serem pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. até o dia 28 de fevereiro de 2024. A distribuição ora aprovada integrou o dividendo obrigatório devido aos acionistas.

e. Ajustes com títulos e valores mobiliários

Ajustes com títulos e valores mobiliários incluem a variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofrem perda por redução no valor recuperável. Os valores registrados em ajustes com títulos e valores mobiliários são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que eles se referem.

21 DEMONSTRATIVO DA SUFICIÊNCIA DO PLA E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), de acordo com os níveis de cobertura definidos pelo normativo.

	2023	2022
Patrimônio líquido (a)	255.373	227.447
(-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(654)	(172)
(-) Despesas antecipadas	(2.229)	(1.162)
(-) Ativos intangíveis	(5.043)	(357)
1. Ajustes contábeis (b)	(7.926)	(1.691)
(+) Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	44.168	40.634
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	44.168	40.634
PLA - nível I (*)	245.845	223.603
PLA - nível II	44.168	40.634
PLA - nível III	1.602	2.154
Subtotal PLA - nível (d)	291.615	266.391
Mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1	245.845	223.603
Máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3	-	-
Máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3	36.622	34.417
Subtotal PLA - limitador (e)	282.467	258.020
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	(9.148)	(8.371)
4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. do Exc. de Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	282.467	258.019
5. Capital mínimo requerido		
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)		
Capital de risco de subscrição	52.347	48.630
Capital de risco de crédito	21.569	19.580
Capital de risco operacional	6.165	5.346
Capital de risco de mercado	4.027	7.868
Correlação entre os riscos	(10.865)	(12.591)
Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (CB) e (CR) (h)	73.244	68.834
Suficiência de capital (i = g - h)	209.223	189.185
Suficiência de capital (i / h)	286%	275%
Índice de solvência (j = g / h)	386%	375%

22 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

Principais ramos de atuação

a. Prêmios ganhos

	2023	2022
Ramos		
Garantia obrigações públicas	5	163
Fiança locatícia	2.426	1.783
Garantia judicial	194	204
Garantia segurado setor público	402.481	355.530
Garantia segurado setor privado	74.646	57.463
Total	479.752	415.143

b. Sinistralidade (sinistros ocorridos sobre o prêmio ganho brutos de resseguro)

	2023	2022
Ramos		
	% sinistralidade sobre o prêmio ganho	% sinistralidade sobre o prêmio ganho
Garantia obrigações privadas	(3.998)	(101)
Garantia obrigações públicas	776	(15.520)
Fiança locatícia	(88)	4
Crédito interno	438	-
Garantia judicial	22	(11)
Garantia segurado setor público	7.878	(2)
Garantia segurado setor privado	(27.415)	37
Total	(22.387)	5

c. Custos de aquisição

	2023	2022
Ramos		
	% comissão-namento sobre o prêmio ganho líquido	% comissão-namento sobre o prêmio ganho líquido
Garantia obrigações públicas	-	3
Fiança locatícia	(1.661)	24
Garantia judicial	11	46
Garantia segurado setor público	(128.240)	22
Garantia segurado setor privado	(15.652)	22
Total	(145.542)	22

A variação das despesas de comercialização diferidas apresentou um saldo credor de R\$ 41.444 (credor de R\$ 23.866 em 2022).

d. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2023	2022
Outras receitas com operações de retrocessões	2.675	2.520
Outras despesas com operações de seguro	(763)	(895)
Reversão/constituição de provisão para redução ao valor recuperável	319	(1.271)
Campanha de incentivo à produção	(1.469)	(1.158)
Despesas diversas	(17)	(115)
Total	745	(919)

e. Resultados com resseguros

	2023	2022
Recuperação de sinistros ocorridos	15.282	18.043
Subtotal	15.282	18.043
Despesas com resseguros		
Prêmios de resseguros cedidos	(557.556)	(413.745)
Variação das receitas de comercialização diferidas	(70.976)	(36.506)
Variação das despesas de resseguro	180.158	88.692
Receitas de comercialização com resseguro	216.761	161.644
Ressarcimento ao ressegurador	(14.074)	(4.894)
Subtotal	(245.687)	(204.809)
Total	(230.405)	(186.766)

Recuperação de sinistros ocorridos

	2023	2022
Ramos		
Garantia obrigações privadas	3.079	113
Garantia obrigações públicas	(432)	(391)
Fiança locatícia	22	3
Garantia judicial	(13)	-
Garantia segurado setor público	(10.474)	14.252
Garantia segurado setor privado	23.100	4.066
Total	15.282	18.043

Prêmios de resseguros cedidos

	2023	2022
Ramos		
Garantia obrigações privadas	(616)	(876)
Garantia obrigações públicas	-	228
Fiança locatícia	(4.422)	(2.515)
Garantia judicial	22	20
Garantia segurado setor público	(501.557)	(324.235)
Garantia segurado setor privado	(50.983)	(86.367)
Total	(557.556)	(413.745)

Variação das despesas de resseguro - Provisão de prêmio não ganho

	2023	2022
Ramos		
Garantia obrigações públicas	(5)	(98)
Fiança locatícia	3.168	1.700
Garantia judicial	(105)	(117)
Garantia segurado setor público	175.761	39.548
Garantia segurado setor privado	1.339	47.659
Total	180.158	88.692

Receitas de comercialização com resseguro

	2023	2022
Ramos		
Garantia obrigações públicas	-	(82)
Fiança locatícia	1.778	1.051
Garantia judicial	(7)	(6)
Garantia segurado setor público	194.701	124.937
Garantia segurado setor privado	20.289	35.744
Total	216.761	161.644

A variação das receitas de comercialização diferidas apresentou um saldo devedor de R\$ 70.976 (R\$ 36.506 em 31 de dezembro de 2022).

f. Despesas administrativas

	2023	2022
Pessoal próprio	(49.853)	(46.774)
Serviços de terceiros	(53.442)	(46.138)
Localização e funcionamento	(7.674)	(5.605)
Publicidade e propaganda	(2.837)	(2.823)
Despesas com publicações	(35)	(67)
Despesas com donativos e contribuições	(482)	(403)
Outras despesas administrativas	(38)	-
Total	(114.361)	(101.810)

g. Despesa com tributos

**Demonstrações Financeiras 2023**
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**JUNTO SEGUROS S.A.**
CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)**23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	57.368	48.731
Alíquota Nominal	40%	41%
Impostos a alíquota nominal	(22.947)	(19.980)
Equivalência patrimonial	(247)	47
Provisão para participações nos lucros	2.043	2.202
Efeito dos incentivos fiscais	429	287
Adições/exclusões permanentes	1.158	1.465
Recuperação de impostos de anos anteriores (b)	2.555	7.914
Efeito da majoração parcial da CSLL (a)	-	116
Efeito sobre aprovação de JCP	6.514	5.669
Imposto de renda e contribuição social	(10.495)	(2.280)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.943)	(6.646)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(552)	4.366
Alíquota efetiva	18%	5%

(a) Refere-se ao efeito da majoração da CSLL de 15% para 16% durante o período de 01/08 a 31/12/2022, determinada pela Lei nº 14.446/2022. Em decorrência do curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(b) Em 2023, o valor refere-se à recuperação tributária relacionada à Lei do Bem. Em 2022, impactado substancialmente pela habilitação de crédito e reversão do imposto diferido do exercício anterior, em função da decisão do Supremo Tribunal Federal que afastou a incidência de IR/CSLL sobre a Selic no valor de R\$ 5.314 e Lei do Bem no valor de R\$ 2.600.

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	355	186	-	541
Provisão para ressarcimentos de sinistros e outros	1.487	-	(579)	908
Provisões trabalhistas	57	-	(42)	15
Provisões cíveis	207	-	(121)	86
Provisões fiscais	48	4	-	52
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.154	190	(742)	1.602
Total dos créditos tributários	2.154	190	(742)	1.602
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	621	-	(266)	355
Provisão para ressarcimentos de sinistros e outros	805	682	-	1.487
Provisões trabalhistas	51	6	-	57
Provisões cíveis	147	60	-	207
Provisões fiscais	49	-	(1)	48
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.673	748	(267)	2.154
Total dos créditos tributários	1.673	748	(267)	2.154

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

c. Projeção de realização dos créditos tributários sobre as diferenças tributárias temporárias

Ano	IRPJ	CSLL
Realização em 2024	930	588
Realização em 2025	-	-
Realização em 2026	10	6
Realização em 2027	61	37
	1.001	601

d. Resumo da movimentação dos impostos diferidos

	Saldo Inicial	Constituição	Realização	Saldo Final
Ativo diferido	2.154	-	(552)	1.602
Passivo diferido	-	-	-	-
Total dos impostos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	2.154	-	(552)	1.602

24 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas pertencentes ao Grupo J. Malucelli e Grupo Junto Seguros. Os saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) do período, estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Caixa e bancos		
Paraná Banco S.A. - Acionista (v)	13	1
Ativos de resseguro - prêmios de resseguros diferidos		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	578.447	475.911
Ativos de resseguro - sinistros		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	290.328	254.740
Participações societárias		
Junto Controle de Riscos Ltda. - Controlada (viii)	654	172
Total	869.442	730.824
Passivo		
JCP e dividendos a pagar		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	13.841	13.826
Outras contas a pagar		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	1.745	3.014
Prêmios de resseguro		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	327.067	201.475
Total	342.653	218.315
Demonstração do resultado		
Restituição de prêmio		
Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas. - Ligada	(37)	(4)
Custos de aquisição		
Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda - Ligada	(8)	(1)
Recuperação de sinistros ocorridos		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	19.740	13.773
Prêmios de resseguros cedidos		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	(329.796)	(245.706)
Variação das despesas de resseguro		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	107.201	50.615
Despesas administrativas		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	(20.165)	(21.494)
Fundo Paraná de Previd. Multipatrocinada - Ligada (iv)	(450)	(552)
J. Malucelli Locações Ltda. - Ligada (vii)	(298)	(296)
Invest Bens - Administradora de bens S.A. - Ligada (vi)	-	(41)
Vicente Boguszewski Arquitetos - Ligada (ix)	(17)	(6)
Importadora de Vinhos Fratelli Ltda. - Ligada (x)	(57)	-

Demonstração do resultado 2023 2022**Despesas financeiras**

J. Malucelli Locações Ltda. - Ligada (vi) (105) (128)

Taxa administrativa investimentos

4UM Gestão de Recursos Ltda. - Ligada (iii) (695) (569)

Prestação de Serviços

Junto Controle de Riscos Ltda. - Ligada (vii) (119) (594)

Total (224.806) (205.003)

(i) As transações com a ligada Junto Resseguros S.A. referem-se às operações de resseguros cedidos.

(ii) As transações com a controladora Junto Holding Brasil S.A. referem-se ao ressarcimento de custos de estrutura a qual compreende serviços administrativos comuns às suas subsidiárias, cujos principais objetivos destacam-se a eficiência operacional e redução de custos. Os critérios de alocação destes custos são determinados, principalmente, pelo tempo alocado nas atividades realizadas pela controladora às suas subsidiárias. Os saldos também incluem valores a pagar de dividendos e juros sob o capital próprio.

(iii) Referem-se às despesas com taxa de administração das carteiras de aplicações financeiras.

(iv) Referem-se às transações relacionadas ao convênio do plano de benefícios.

(v) Saldo bancário de conta corrente.

(vi) Referem-se às despesas com alugueis de imóveis.

(vii) Referem-se às despesas com prestação de serviços de acompanhamento de regulação de sinistro.

(viii) Junto Controle de Riscos Ltda. - Controlada, que prestou serviços de consultoria relacionados à retomada de obras.

(ix) Despesas relacionadas a projetos arquitetônicos dos espaços físicos da Companhia.

(x) Despesa com patrocínio de eventos externos e marketing.

Remuneração dos administradores

As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 2.153 (R\$ 2.617 em 2022) estão registradas na rubrica "Despesas administrativas - pessoal próprio". Aos Administradores também foi destinado, a título de remuneração variável, participação sobre o resultado no montante de R\$ 2.452 (R\$ 2.059 em 2022).

25 OUTRAS INFORMAÇÕES**a. Plano de aposentadoria complementar**

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições totalizaram R\$ 39 (R\$ 42 em 2022). As contribuições relativas à acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

b. Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Junto Seguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado". Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa despesa é de R\$ 4.188 (R\$ 4.545 em 2022).

c. Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados serão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Junto Holding Brasil S.A.

DIRETORIARoque Junior de Holanda Melo
Diretor Presidente e Diretor de SinistrosGuilherme Malucelli Gobbo
Diretor Vice-PresidenteEduardo de Oliveira Nóbrega
Diretor Técnico e Diretor de SubscriçãoElisa Francielli Marchi Prestes
Diretora Administrativa-FinanceiraLuiz Henrique de Andrade Verri
Diretor ComercialDiego Marins Massara
Diretor Jurídico e de Compliance**COMITÊ DE AUDITORIA**

Paulo José Arakaki

Maurício Alvarez da Silva

Alberto Spilborghs Neto

ATUÁRIO RESPONSÁVELPedro José Ribeiro Coutinho
MIBA - 3076**CONTADOR RESPONSÁVEL**Hilário Mario Walesko
CRC-PR 29.585/O-9**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Aos Diretores e Acionistas da JUNTO SEGUROS S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da JUNTO SEGUROS S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário subordinado ao Diretor Presidente e Assembleia de Acionistas, instituído em 05 de dezembro de 2014, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pela Assembleia de Acionistas e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a diretoria em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento

de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do exercício de 2023.

Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede da Companhia ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos.

As atividades do Comitê, no exercício de 2023 até esta data, incluíram:

a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Atuarial, Compliance e Controles Internos, Ouvidoria, Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação) e áreas operacionais bem como com os profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, e com os Auditores Independentes.

b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, da Companhia.

c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Companhia e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.

d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O Comitê realizou, ainda, reuniões com o Diretor-Presidente e membros da Diretoria

Executiva da Companhia.

O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho, e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade, e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiado no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, entende que, as demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Diretoria.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2024

Paulo José Arakaki

Coordenador do Comitê de Auditoria

Maurício Alvarez da Silva

Membro do Comitê de Auditoria

Alberto Spilborghs Neto

Membro do Comitê de Auditoria



Demonstrações Financeiras 2023

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Junto Seguros S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Junto Seguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Junto Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado

como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2024

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC SP-014428/O-6 F-PR**Érika Carvalho Ramos**
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da**Junto Seguros S.A.****Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da Junto Seguros S.A. - "Companhia", em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Junto Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com

resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da Junto Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2024

Eder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuário MIBA 630
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Sede Própria: Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 - POA/R

LÍDER DE MERCADO PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO EM SEGURO GARANTIA

PRÊMIO DIRETO - SUSEP**2023**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6D77-2ED1-85CC-7162> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6D77-2ED1-85CC-7162



Hash do Documento

D94499A82E2173A4B62FD5F874E551CF81F0C9557F8800AA2D00F59EEC293DA0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 23/02/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

